

SESSÕES DO PLENÁRIO

12ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 26 de setembro de 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADO ALEX LIMA (3º VICE-PRESIDENTE)

À hora marcada, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Almeida, Angelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Heber Santana, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (62)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária, convocada com o objetivo de apreciar o Projeto de Lei nº 22.417/2017, de procedência do Poder Executivo.

Não há expediente a ser anunciado.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Pequeno Expediente.

Não há orador inscrito.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Grande Expediente.

Não há orador inscrito.

Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou o do Bloco Parlamentar PP/PSB/Podemos para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, falarei por 12 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de até 12 minutos, o competente deputado Rosemberg Pinto, líder do Baixo Sul, do Sul e do Extremo Sul da Bahia.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, meu querido deputado Targino Machado, deputado Joseildo Ramos, meu querido presidente, quero saudar a Associação de Apoio a Familiares e Amigos de Pessoas Portadoras de Transtornos Mentais da Bahia e dizer que participei de uma audiência pública que debateu os hospitais psiquiátricos da Bahia. Também saúdo a imprensa e os visitantes.

Sr. Presidente, estamos tendo, no plano nacional, hoje, um debate sobre a reforma política. E é importante que as Casas Legislativas acompanhem esse desenrolar e que possamos desmistificar esse debate, já que a grande mídia tenta desacreditar o financiamento público de campanha. E nós, deputado Joseildo, precisamos estar em cada canto, fortalecendo...

Vivemos um problema significativo do ponto de vista da regulação política das eleições políticas no Brasil, e a tentativa de criminalização da política leva a alguns questionamentos.

Primeiro, com relação ao fim das coligações partidárias. Vi alguns articulistas, alguns analistas políticos, principalmente da *Folha de S. Paulo*, do *O Estado de S. Paulo*, do *O Globo*, colocarem que o grande problema das coligações é a corrupção. Não é isso! Sou a favor do fim das coligações proporcionais, mas não é no âmbito ou pelas motivações da moralidade.

Sou a favor do fim das coligações porque precisamos garantir a política a partir de um programa de governo, a partir de um programa que os partidos tenham que se responsabilizar por ele. E os parlamentares precisam atuar baseados nesses programas que os elegeram. E é por isso que as coligações deformam esse conceito do processo da representação dos programas partidários.

Outra questão que nós estamos vivendo e que precisa ser desmistificada é o financiamento público de campanha. Todos os dias há o questionamento de que há uma forma de financiar as campanhas eleitorais que leva a um processo de corrupção, que é o financiamento pela iniciativa privada. Aí, nesse ponto, eu acho que precisamos fazer um debate mais apurado, porque é no financiamento empresarial – e eu não quero fazer qualquer crítica ao segmento empresarial – que há algumas pessoas desse segmento que acabam financiando candidatos ou candidatas para elas atenderem aos seus interesses nas Casas Legislativas. Isso, sim, gera uma incoerência do ponto de vista programático; aí, sim, nós precisamos romper com esse processo de voltar à situação antiga de financiamento privado das eleições.

Por isso, temos de convencer cada cidadão e cada cidadã, todas as pessoas que fazem imprensa séria no Brasil, que quem tem de financiar a democracia é o Estado brasileiro. E é a sociedade brasileira que tem de fazer a avaliação de quem deve estar, ou não, representando-a nas Casas Legislativas e nos Executivos.

Então nós precisamos reforçar... E eu não tenho qualquer problema em dizer que é o Estado que tem de financiar a democracia. E essa tentativa de desacreditizar a política, essa tentativa da grande mídia de dizer que é um pacote de bondades para os parlamentares se reelegerem é uma falácia! E, aqui, nós precisamos, independentemente de coloração partidária, questionar essa forma equivocada de dar publicidade ao financiamento da política brasileira.

Ouvi, aqui, o deputado Hildécio Meireles – inclusive, ele me citou – falar sobre o problema da BA-001. A solução para essa estrada já está licitada, o edital público já está em andamento. O problema da demora na BA-001 – até estive, ontem, com o secretário Marcus Cavalcanti – é que ela está na lista do Banco do Brasil, que não dá o crédito ao Estado baiano para que ele possa iniciar a recuperação das estradas, deputado Hildécio, inclusive da BA-001.

E comentam que é o DEM da Bahia, coordenado pelo prefeito de Salvador, que está impedindo. Comenta-se, é o que se fala na Bahia inteira! Chego à minha cidade, é o que se comenta.

O Sr. Hildécio Meireles:- Um aparte, deputado.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Se é verdade isso, não sei, deputado Hildécio. Cabe a V.Ex^a, que é um aliado de Michel Temer, que é aliado do prefeito de Salvador, cobrar dessas pessoas que resolvam o problema do empréstimo que nós aprovamos aqui, nesta Casa, para recuperar as estradas baianas. Não pode estar na conta do governador da Bahia, não se pode colocar isso na conta porque Rui Costa quer recuperar a BA-001. O problema é que o Banco do Brasil não dá o crédito.

E comenta-se por aí, não sou eu que estou comentando, que o prefeito de Salvador é que não quer – certo? – que esse dinheiro venha para as contas do Estado.

Portanto, deputado Hildécio, não é ao governador que V.Ex^a tem de se reportar. São os aliados de Michel Temer, são os seus aliados que estão impedindo que o governador execute as obras que beneficiam a sociedade. Longe de achar que isso está prejudicando Rui Costa, a prejudicada é a população baiana. É preciso entender que não se pode mais se permitir no Estado baiano essa política mesquinha, atrasada, conservadora neste momento da democracia brasileira, deputado Joseildo.

Nós precisamos ter os espaços dos debates das ideias. Não podemos permitir que a disputa política vá ao nível de impedir que as ações que beneficiam a sociedade sejam prejudicadas. Ou seja, essa discussão, nós precisamos trazê-la à tona. Esse debate tem de ser colocado às claras na Casa Legislativa baiana. Se é verdade, vamos... se não é verdade, cabe ao prefeito de Salvador dizer que não é verdade! E prove que não é verdade!

E por que o dinheiro não é creditado nas contas do Estado?! De quem é a responsabilidade?! Quem indicou o superintendente, o presidente do Banco do Brasil?!

Se eu fosse o governador do Estado iria exigir... se o Banco do Brasil está tratando a Bahia dessa maneira, deve tirar as contas do governo estadual de lá. Só fazendo isso para ver se o BB se sensibiliza.

Porque Michel Temer diz que não é ele, que autorizou. O ministro da Fazenda também diz que autorizou, que a responsabilidade está na política baiana. Que responsabilidade é essa?!

Então, quero, desta tribuna, deputado Hidécio, já que V.Ex^a me chamou em sua intervenção para tocar nesse tema, dizer o seguinte: não estou aqui acusando ninguém, é o comentário que se tem na área da política de que há uma definição desse grupo que apoia Michel Temer e não quer que esse dinheiro seja creditado nas contas do Estado.

Se V.Ex^a souber de quem é isso, quero juntar-me a V.Ex^a, independentemente de partidos, para irmos juntos destravar esse empréstimo e favorecer a população do Baixo Sul. Nós dois somos votados lá e precisamos ver aquela estrada recuperada.

Agora, se o seu grupo, deputado, impede que o dinheiro seja creditado para que o governador Rui Costa não faça as obras que a população merece, a responsabilidade não é do governador, é dessa visão pequena, medíocre de achar que a política tem de ser feita com perseguição. Não está perseguindo o governador Rui Costa, está é perseguindo a população baiana.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Pablo Barrozo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Pablo Barrozo.

O Sr. Pablo Barrozo:- Sr. Presidente, estamos, aqui, hoje tratando de diversos temas importantes a respeito da saúde do nosso Estado, da saúde dos baianos e dos soteropolitanos. A questão para a qual tenho certeza que a maioria dos deputados desta Casa, senão ela toda, será solidária é a que está sendo abordada, que os hospitais psiquiátricos correm o risco de serem fechados, assim como o governo do Estado fechou as UPAs de Escada e São Caetano.

Presidente, no final de semana eu – e V.Ex^a é testemunha, porque acompanha e, igualmente, tem uma responsabilidade muito grande por ser representante de uma região onde o turismo também se faz presente – estive acompanhando o “abraço” no Centro de Convenções. Vejo alguns colegas quererem trazer o debate para a questão do que está acontecendo em Brasília. Parece que estamos a esquecer o que acontece aqui, em nosso Estado, e que é mais importante para nós.

O Centro de Convenções é a cara da incompetência, da inoperância e da falta de planejamento do governador. O túnel Salvador-Itaparica – o túnel, repito bem. Vamos lembrar, e torço para que não seja chacota daqui a alguns anos –, que vai substituir a ponte Salvador-Itaparica, é mais um factóide que parece até uma brincadeira de mau gosto com os baianos.

Nós estamos vendo um governo que foge de suas responsabilidades, é omissos. Houve um acidente no Centro de Convenções – que representa 7,5% do PIB do turismo na Bahia, gera emprego, renda, traz recursos para cá e, com certeza, diminui o número de desempregados que hoje assola o nosso Estado – e o governo estadual se omite. Está apresentando um Centro de Convenções no Parque de Exposições, mesmo sabendo que deste o Governo do Estado tem a posse, mas não a propriedade. Serão mais 2 ou 3 anos com esse factóide, enrolando a população da Bahia, deixando de gerar emprego e renda, deixando largados, abandonados os donos de hotéis, bares e restaurantes e toda a cadeia que o turismo baiano emprega.

Hoje, para se asfaltar algo aqui, na Bahia, tem de se pedir autorização ao “governador” ACM Neto, porque o governo do Estado – omissos com relação à BA-351, que liga Santa Rita de Cássia, Mansidão e Buritirama – está criando o factóide de que precisa da autorização do prefeito ACM Neto, ou de que este ligou para o de Barreiras para proibir que fosse asfaltada uma BA! No dia em que o governador do Estado precisar da autorização do prefeito de Salvador para asfaltar uma BA, nesse dia, meu amigo... Será que já chegamos a ele?

O governo tem sido omissos, a responsabilidade é dele! Se ele já quer passar o bastão antes de 2018 para o prefeito ACM Neto, que passe, mas assuma a responsabilidade.

Parece até com a tragédia que aconteceu na travessia Mar Grande-Salvador. O governador não deu um pio, e a Agerba é responsável pela fiscalização. Não sei quem serão os culpados, é um caso de polícia. Mas o governador tem de dar a palavra sobre o que vai acontecer com aquele terminal, o que a Agerba vai fazer em relação àquilo. Ele fica omissos para não aparecer, assim como sempre ficou omissos e sumiu um pouquinho quando viu o PT nacional cair em desgraça.

Mas vim aqui trazer esta palavra porque toda a Bahia e o Brasil sabem que quem quer Michel Temer na presidência da República é o PT, porque é ele, com seu governo pífilo, que reaviva a cada dia, fomenta o ex-presidente Lula. Inclusive, foi quem votou para Michel Temer estar lá. Josias Gomes, secretário do governo Rui Costa, saiu daqui para votar em manter Michel Temer lá, em Brasília, mas no meio do caminho desistiu.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, e pedir a verificação de quórum, com chamada nominal e tempo regimental estabelecido. Que zerem o painel e marquem os 15 minutos para a continuidade desta sessão.

O Sr. Joseildo Ramos:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, esta questão de ordem é para contraditar o pedido de verificação de quórum da presente sessão. Quero aproveitar para convidar os companheiros deputados que se encontram na Casa, colocando que há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Solicito a V.Ex^a que, quando terminar minha questão de ordem, proceda à contagem do tempo, que é de praxe, e a chamada nominal dos companheiros deputados.

Está acontecendo uma manifestação, um encontro muito importante dos gestores da área dos assistentes sociais, duramente atingidos pelo processo de esvaziamento das políticas públicas sociais, principalmente do SUAS - Sistema Único de Assistência Social. Essa é uma tragédia anunciada, considerando o nível de vulnerabilidade das pessoas, principalmente na região Nordeste. Será um atraso jamais visto, um retrocesso. E o nosso sentimento é de que esse esvaziamento está na linha da diminuição dos investimentos do Estado Brasileiro. Então, isso é extremamente nocivo aos interesses da sociedade brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, solicito mais uma vez que proceda à contagem do tempo e à chamada nominal dos Srs. Deputados, nesta Casa, para fins de continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- V.Ex^a será atendido.

Solicito que o painel seja zerado e que seja contado o tempo regimental. Aproveito para convidar os Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas a se fazerem presentes ao Plenário porque há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Sr^{as} e Srs. Deputados, peço que se façam presentes ao Plenário, porque há um pedido de verificação de quórum formulado pelo deputado Pablo Barrozo.

Inclusive, queria pedir ao deputado Pablo para marcar a presença.

O Sr. Angelo Almeida:- Sr. Presidente, pela ordem.

A Sr^a Fátima Nunes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Angelo Almeida. Depois, falará a deputada Fátima.

O Sr. Angelo Almeida:- Nós ouvimos, aqui, o deputado Pablo Barrozo iniciar o discurso remetendo a uma situação que nós, da Base do Governo, sempre remetíamos o debate, para Brasília. E ele mesmo concluiu o seu pronunciamento citando também os acontecimentos em Brasília.

A face mais sombria da política teima em resistir, ocupando o cenário nacional e, também, o baiano. Não bastassem os 14 milhões de desempregados no País, não bastasse o presidente denunciado por corrupção explícita, não bastasse o quadro de quebra dos municípios, baianos e brasileiros, provocado pela perda da arrecadação, por conta de uma crise política e econômica que todos nós sabemos por quem foi

provocada e de onde veio, estamos a ver agora o oportunismo de um Congresso Nacional desmoralizado, que utiliza o expediente de uma velha política conhecida de todos, que é criar dificuldade para garantir facilidade.

Estamos observando, neste momento, os próceres congressistas tentarem fatiar a denúncia para que, meu caro deputado Zé Raimundo, cada denúncia vá se tornando mais um eixo de sangria e de chantagem dos que, infelizmente, estão habitando o Congresso.

Aqui, na Bahia, enquanto o governador Rui Costa se esmera, trabalha, desenvolve uma gestão de excelência como gestor público, as aves de mau agouro continuam impedindo a liberação de R\$ 600 milhões, dinheiro a ser investido em estradas, hospitais, infraestrutura, políticas públicas afirmativas de convivência com a seca.

Portanto, Sr. Presidente, nós aqui divididos – faz parte do jogo do Parlamento – entre Situação, Base do Governo, e Oposição, temos que ser claros no momento desse debate. O deputado Pablo Barrozo fez algumas referências e ataques ao governo e ao governador, e nós percebemos que existem muitas coisas que precisam ser ditas porque as pessoas, às vezes, têm medo de falar.

Foi vergonhoso, extremamente vergonhoso para mim, enquanto baiano, ver o prefeito de uma capital ordenar a um agente de trânsito que pedisse desculpas a um profissional da imprensa que teve uma conduta incorreta. O prefeito, pessoalmente... Isso nos remete a dizer ao povo da Bahia que o povo baiano não pode, não deve e não irá permitir que esse tipo de conduta em política, em gestão, possa voltar a acontecer na Bahia.

Tenho sempre dito aqui, e volto a repetir, que todos aqueles que se aliaram a Michel Temer, todos aqueles que se ombrearam com ele vão carregar esse fardo, porque o povo não é trouxa, tem dois olhos, dois ouvidos e vai saber falar no momento adequado.

Ele, hoje, já não é mais o “mordomo de filme de terror”, ele agora já foi promovido para o “vampiro brasileiro”. É isso que o mundo inteiro fala. E essa promoção a que ele foi submetido foi pelo impedimento de uma sociedade que está em estado de agonia, está pedindo, clamando por uma passagem desse governo. E a Oposição a nós aqui, nesta Casa, Situação em relação ao governo federal, não teve coragem de encarar a demanda do nosso povo por eleições diretas já, com antecipação eleitoral. E o País se arrasta nessa situação de penúria democrática da democracia.

Portanto, Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem da deputada Fátima Nunes.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade para, mais uma vez, convidar os nossos pares a adentrarem ao Plenário. Até porque já somos 19, faltam apenas três para o quórum de continuidade da presente sessão.

Queria, também, neste momento, dizer que enquanto o nosso governador Rui Costa se esforça, no meio dessa crise, para inaugurar hospital, dar continuidade à obra do metrô, levar serviço de abastecimento às comunidades rurais, fazer a melhoria das estradas, com o início das obras que estamos assistindo em vários municípios, o nosso Estado da Bahia sofre com a crise econômica, política e social, com essa tragédia instalada pelos golpistas em nosso País. Digo pelos golpistas porque não é apenas esse temeroso que está causando toda essa tragédia, mas um conjunto de deputados federais que não têm a mínima responsabilidade e compromisso com o povo da Bahia.

E é por essa razão que, naturalmente, os nossos companheiros e companheiras de luta que trabalham na assistência social estão aqui reunidos, debatendo, mas trazendo ao Plenário desta Casa a informação da tragédia social que acontece no SUAS. Praticamente um desmonte, porque no Orçamento a estruturação dos serviços de proteção social básica passa de R\$ 7 milhões para R\$ 200 mil. Um corte de 97,18%. Então, o que se pode dizer é que não existirá mais a partir do ano de 2018 por esse Orçamento previsto.

Espero que os deputados federais não votem esse Orçamento, que o alterem com emendas, que o alterem com propostas diferenciadas para que não vejamos a tragédia do CREAS, do CRAS, de tantos serviços que são prestados à nossa comunidade, ao povo dos municípios, principalmente à população mais carente, que, muitas vezes, a única porta de apoio que encontra é o CREAS, o CRAS, o Bolsa Família ou a assistência pelo IGD, por aquele pequeno recurso que entra dos programas sociais...

Que não vejamos o nosso povo, que já padece, hoje, com tantas dificuldades com esse caos que foi iniciado no Brasil após o golpe, sofrendo ainda mais sem essa rede de proteção social que teve sucesso, que se ampliou com as políticas públicas do governo Lula, da ex-presidente Dilma, e hoje se vê, praticamente, afetado sem esses programas.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Há 21 Srs. Deputados...

Desculpe-me, deputada, V.Ex^a pode concluir a sua questão de ordem.

A Sr^a Fátima Nunes:- Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PPS para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Pablo Barrozo:- Falarão, Sr. Presidente, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Hildécio Meireles; e pelo tempo de 6 minutos, o deputado José de Arimateia.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Hildécio Meireles, do PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Com muito orgulho, Sr. Presidente, sou membro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, partido que tirou este País das trevas da ditadura. Certamente que já falei aqui, repito, e torno a repetir que sou do PMDB, mas do PMDB bom, assim como tem o PT ruim, assim como têm tantos outros partidos por este País afora que jogaram esse Brasil nas trevas.

Sr. Presidente, aqui está uma prova, a dificuldade que o governo está tendo para votar uma matéria do seu interesse. É uma prova de que o expediente de se elaborar um documento fraudulento para se calçar as sessões não é adequado para esta Casa. O expediente adequado para esta Casa é o Líder do Governo colocar a sua Bancada aqui para marcar presença e dar quórum para a continuidade das sessões. Essa é a forma regulamentar de se fazer esta Casa funcionar.

Sr. Presidente, ouvi atentamente o pronunciamento do deputado Rosemberg Pinto quando ele falou sobre a recuperação das estradas da Bahia, acentuadamente a BA-001, no trecho compreendido entre a cidade de Valença e a cidade de Camamu. Parece-me que o deputado Rosemberg Pinto quis jogar a responsabilidade pela falta de iniciativa do governo para recuperar a estrada ao não ingresso dos recursos que esse o governo pediu emprestado ao governo de Michel Temer.

Eu quero lembrar ao deputado... eu quero lembrar ao deputado...

(Um deputado fala fora do microfone.)

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Respeite o meu tempo, deputado, por favor!

Eu quero lembrar ao deputado e aos deputados do PT...

Presidente, eu vou querer o meu tempo recomposto!

(Tumulto no Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Sr^{as} e Srs. Deputados, há um orador na tribuna, eu peço que o respeitem. Há um orador na tribuna.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Se não for recomposto o meu tempo, eu não vou sair da tribuna!

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- V.Ex^a tem a palavra, deputado Hildécio Meireles.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Obrigado, presidente.

Mas eu queria lembrar que nos anos de 2005 e 2006, em pleno mandato do ex-presidente Lula, quando era governador da Bahia o ex-governador Paulo Souto, a Petrobras, que era uma empresa subordinada ao governo do PT, simplesmente foi proibida de vender asfalto para o governo da Bahia. Isso é que é perseguição.

O prefeito ACM Neto, em seu primeiro mandato, foi discriminado pelo governo do PT, foi perseguido. A nossa capital, Salvador, não recebia um centavo sequer do governo do PT, e se não fosse a competência do prefeito em saber gerir as finanças do município, o povo de Salvador teria passado 4 anos de sofrimento. Não passou por causa da competência do prefeito ACM Neto.

O governo da Bahia não pode se queixar de falta de recursos, pois se dá ao luxo de repassar para a CCR, a empresa que opera o metrô, R\$ 188 milhões por mês. São cerca de R\$ 15 milhões e 700 mil... O governo da Bahia completa o número de passageiros do metrô se não for atingida a meta de 500 mil pessoas por dia. Se o metrô só transportar 200 mil pessoas, o governo paga mais 300 mil, ainda que não tenha circulado, com o dinheiro do povo. O governo tem dinheiro para fazer as obras.

Essa desculpa de que não faz por falta de recurso de Brasília é inoperante, é de quem não tem competência para gerir as finanças deste Estado. Essa é que é a verdade. Não venham querer jogar no colo do prefeito ACM Neto a irresponsabilidade, a incompetência e a inapetência daqueles que não sabem gerir os recursos públicos e ficam fazendo química com a contabilidade do Estado para dar satisfação a esta Casa e à sociedade baiana.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de 6 minutos, o deputado José de Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, *TV Assembleia*, que transmite esta sessão.

Eu venho a esta tribuna, Sr. Presidente, e, aqui, gostaria de saudar às famílias que estão nas Galerias nas pessoas da Dr^a Sandra Peu, que é psiquiatra; Dr^a Míriam; Solange, farmacêutica; Rejane, presidente da Afatom; Dr^a Robervânia. São pessoas, Sr. Presidente, que estão aqui em nome de mais de 60 mil famílias do Estado da Bahia que estão aflitas com as notícias que estão sendo veiculadas nos meios de comunicação, não só da imprensa falada, mas também escrita e televisionada.

E aqui, Sr. Presidente, eu gostaria de ler esse documento que já está nas mãos de 46 Srs. Deputados desta Casa e diz o seguinte:

(Lê) *“Hospitais Psiquiátricos: Porque não fechar?”*

·Pelo menos 4% da população têm doenças mentais graves;

·Doenças mentais graves são crônicas, podem tirar 15 anos de expectativas de vida e são das maiores causas de incapacidade;

·Os serviços atuais de hospital, ambulatório e emergência especializados atendem no Estado da Bahia em média 60.000 (sessenta mil);

·Os CAPS não substituem esses serviços, assim como não tem capacidade de absorver essa demanda;

·O governo do Estado quer fechar esses serviços mesmo continuando a receber verba do Ministério da Saúde;

·Os Ministérios Públicos Federal e Estadual e a Defensoria Pública entraram com ação contra o fechamento;

·Os hospitais psiquiátricos devem ser requalificados e não fechados;

·Não existem mais manicômios, desinstitucionalização não é sinônimo de fechamento;

·Desinstitucionalizar pacientes crônicos não é igual a atender pacientes agudos em risco de vida;...”

Existe, Sr. Presidente, esse engano da equipe que foi formada para elaborar esse projeto, essa mudança. Inclusive, participei de uma audiência pública que aconteceu nesta Casa, em que foi solicitado que os representantes legítimos da Comissão de Saúde, também da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde e Institutos de Pesquisas Afins na Bahia, da qual eu sou o presidente... ficou acertado que o secretário colocasse um dos representantes. Nem sequer uma justificativa por não ter colocado nós recebemos, nada, nem a Frente Parlamentar, nem a Comissão de Saúde desta Casa.

Por isso, Sr. Presidente,... (Lê)

·“(...) o internamento para pacientes agudos salva vidas e permite retorno à convivência familiar.”

As perguntas que eu tenho aqui, Sr. Presidente, que foram encaminhadas por essas pessoas, e a própria opinião pública também quer saber, são:

(Lê) “1. Qual a justificativa do Estado para o fechamento?

2. O que acontecerá com os pacientes que necessitam destes serviços?”

Onde vão colocar 60 mil pacientes, Srs. Deputados?

Srs. Deputados, eu queria a atenção de V.Ex^{as}. É grave a situação dos hospitais, não podemos ficar de braços cruzados. Por isso, quero – para concluir, Sr. Presidente, já que meu tempo está terminando – dizer... Estou aqui com um documento do Conselho Federal de Medicina (CFM) e da Associação Brasileira de Psiquiatria em que colocaram 10 alegações que vão de encontro à lei, que era para ser cumprida. Que as políticas de saúde mental e o tratamento dos portadores de transtornos mentais obedeçam e apliquem a Lei Federal nº 10.216/2001.

Essa é a lei que precisa ser aplicada, obedecida. Essa lei determina que os estados... Essa lei, Sr. Presidente, deputado Angelo Coronel, V.Ex^a é testemunha, V.Ex^a participou. Foi muito importante sua chegada aqui, agora. V.Ex^a viu – não ouviu, viu – mais de 60 famílias, teve a hombridade de receber essas famílias e ver de perto o drama.

Existe o drama de mais de 60 mil famílias, deputado, e até agora nenhuma resposta foi dada, nem a este deputado, nem ao presidente da Comissão de Saúde, nem, também, à própria imprensa, que não sabe...

Então, Sr. Presidente, gostaria, para finalizar, de contar com a sensibilidade de V.Ex^a, aproveitando que as famílias estão aí representadas, fazendo sua manifestação legítima... porque eles sabem o que é ter um familiar com problemas de saúde mental, eles sabem, eles vivem na pele.

E o governo não pode levar esse projeto da forma que está sendo feita, no escuro, na caixa-preta. Os hospitais públicos da Bahia não têm estrutura para receber os pacientes psiquiátricos. Nenhum hospital público da Bahia, nenhum, tem capacidade, nenhum tem estrutura, nenhum está apto a receber esses pacientes.

Então, era isso que gostaria de deixar registrado, e parabéns a todo esse movimento que está sendo feito em benefício de mais de 60 mil famílias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, há o lançamento, aqui ao lado, do livro do ex-deputado Adelmo Oliveira. Eu queria deixar a sessão transcorrer normalmente, mas se os deputados que não forem fazer uso da tribuna agora quiserem prestigiar!... questão de 5 a 10 minutinhos... Seria ideal prestigiar o nosso ex-colega. O.K?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Agora, concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou o do PSD para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Falarão os deputados Alex Lima, por 5 minutos; e Alex da Piatã, por 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Concedo a palavra ao deputado Alex Lima, por 5 minutos, e ao deputado Alex da Piatã, por 6 minutos.

E os deputados que quiserem ir prestigiar Adelmo, vamos lá comigo.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, volto a esta tribuna hoje porque fiz uso do Pequeno Expediente e vi alguns deputados se revezarem na tribuna, fazendo uma defesa do indefensável.

Ora, é público e notório que diversos prefeitos têm sido convidados a ir a Brasília. E o discurso é muito reto, o convite, a proposta é extremamente indecente, deputado Zé Raimundo. É mais ou menos assim, ou você rompe com o governo do Estado e apoia de imediato a candidatura do prefeito de Salvador, ACM Neto, ou você não terá nada do governo federal.

E eu vejo deputados por quem tenho uma estima muito grande tentar justificar com uma estratégia que vem de Hitler: contar uma mentira várias vezes para que a mesma se torne verdade.

Será possível, Sr. Presidente, que ninguém aqui tem rede social? Que ninguém aqui sabe avaliar o movimento político que existe em nosso País? Ninguém sabe da fragilidade moral desse governo de Michel Temer, que tem no Democratas o principal parceiro aliado do golpe? Será possível que essas pessoas acham que vão enganar os baianos e vão votar para presidente no Sr. Eduardo Cunha? Vão votar pelo impedimento, mesmo sem cometer nenhum crime, de uma presidente eleita pelo povo? Que vai, deputado Zé Raimundo, indicar, na figura do prefeito ACM Neto, seu

principal aliado político, amigo de muitos anos, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação? Que vai indicar o ministro de Estado para o ministério mais importante do Governo Federal, que é o Ministério da Educação? E que na primeira denúncia gravíssima, aí, sim, de crime de corrupção do presidente da República a bancada do prefeito maciçamente votou a favor da continuidade do Sr. Michel Temer na Presidência.

Muito diferente, deputado Adolfo Viana, da postura de deputados da Oposição como o deputado João Gualberto, o deputado Jutahy, que votaram contra a permanência de um presidente altamente alvejado por denúncias de corrupção.

Os baianos não vão esquecer, deputado Adolfo Viana, dos aliados de sempre do projeto Temer, que vem destruindo o nosso País,...

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me concede um aparte rápido, deputado?

O Sr. ALEX LIMA:- (...) que vem retirando direitos dos trabalhadores, que tem feito com que os avanços sociais regredissem nos últimos meses. Os baianos não irão esquecer desse posicionamento desse governo golpista, que tem um aliado e um sócio de primeira hora, que é o Democratas.

Agora, meus amigos, será que nós vamos aceitar que essas pessoas que apoiaram e que são responsáveis por isso que está aí, simplesmente, ao assumirem a candidatura oficialmente no próximo ano...

O Sr. Adolfo Menezes:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. ALEX LIMA:- V.Ex^a está inscrito

(...) cheguem com a cara mais lavada do mundo e digam: “Eu não tenho nada a ver com este governo, foram vocês que votaram na chapa Dilma-Temer.” Ora, meus amigos, nós votamos, os brasileiros escolheram uma brasileira honrada. Muito diferente desse governo de desmonte dos avanços sociais, que prejudica o Nordeste brasileiro, que trabalha contra a Bahia, contra os baianos.

E nós precisamos, Sr. Presidente, acordar, porque essa época da malvadeza, essa época da truculência, da arrogância faz parte do passado. Os baianos não merecem mais, querido deputado Adolfo Viana, viver esse momento.

Com a tolerância do presidente Carlos Geilson, concedo um aparte ao deputado Adolfo Viana.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O tempo acabou. V.Ex^a volte a sentar na cadeira de presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, desejo informar a substituição do deputado Alex da Piatã pelo deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Então, vai fazer uso da palavra o nobre professor José Raimundo Fontes.

O deputado Alex Lima se esforçou muito para conceder um aparte ao deputado Adolfo Viana, mas estava tão eloquente, tão entusiasmado em seu pronunciamento que o tempo avançou, e quando ele percebeu, o tempo já tinha acabado, não é? Mas não vai faltar oportunidade para V.Ex^a conceder esse aparte ao deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- V.Ex^a vai manter a questão de ordem?

O Sr. Adolfo Viana:- Eu gostaria, Sr. Presidente. V.Ex^a vai sentar ou vai dar o lugar ao deputado Alex?

Já vou fazer a minha questão de ordem direcionada a esse jovem e destacado parlamentar, o deputado Alex Lima.

De logo, peço ao presidente uma verificação de quórum nominal, e que os 15 minutos sejam marcados no painel.

O Sr. Joseildo Ramos:- Não tem 30 minutos ainda.

O Sr. Adolfo Viana:- Quando foi a última solicitação, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Estou pedindo para checar, deputado Adolfo.

O Sr. Adolfo Viana:- Como é um presidente democrático, ele vai pedir que chequem. Eu já o parabeno, de logo, pela atitude.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- E este painel daqui é inviolável, deputado.

O Sr. Adolfo Viana:- Eu espero, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Tenha certeza.

Deputado Adolfo, 16min50seg.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a, então, está com a razão. Retiro a minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de 6 minutos, o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr Presidente, nobres colegas, deputados e deputadas, eu gostaria de estar assistindo ao lançamento do livro do deputado Adelmo Oliveira, que foi um deputado que resistiu à ditadura, advogado de presos políticos. No meu tempo de estudante, distribuíamos os seus poemas nos ambientes da universidade, porque, efetivamente, eram poemas fortes, carregados de conteúdo social e político. Logo em seguida, estarei no lançamento de uma coletânea desse querido militante histórico dos movimentos libertários da Bahia.

Mas, Sr. Presidente, a todo momento em que nós, da Base do Governo Rui Costa, subimos a esta tribuna para trazermos temas do governo federal, do Brasil, os deputados da Oposição, a Minoria nesta Casa, levanta a tese de que esses temas não são importantes, de que deveríamos apenas nos tornar deputados paroquiais,

discutindo exclusivamente os temas da Bahia. Claro que os temas da Bahia são relevantíssimos, porque muitos deles também são temas federais, são temas nacionais. Mas nós não podemos abdicar do debate nacional, porque vivemos numa dinâmica e numa estrutura de poder, de linhas de ações políticas e de políticas econômicas que são todas elas articuladas.

Nós vivemos num país federativo, mas que, de fato, tem um conteúdo centralizador. O que se passa em Brasília tem repercussão e ressonância em cada município e no Estado da Bahia. Por isso é que nós constantemente levantamos esses temas para iluminar, inclusive, muitos problemas, muitas soluções e muitas alternativas que estão, efetivamente, em nossos municípios e em nosso Estado. É por isso que não podemos deixar de nos referir a esse fato de que o prefeito de Salvador, com sua cúpula, com seus seguidores, tenta, e já está conseguindo, atropelar um contrato, uma disposição legal, que é o empréstimo de R\$ 600 milhões para o governo da Bahia implementar obras importantes.

Aliás, Sr. Presidente, está na pauta desta Casa nesta tarde a renegociação, ou melhor, uma lei autorizativa que dá ao governador Rui Costa a competência para renegociar com o BNDES, na linha da reforma que houve da relação entre o governo federal e o BNDES para que os empréstimos com os estados possam ser renegociados de acordo com o perfil de cada um.

E o governador Rui Costa quer e tem o interesse de renegociar, alongando o perfil da dívida, até com alguns rebatimentos, mas, evidentemente, desde que essa reconstrução não prejudique as linhas de ação política do governo da Bahia. Aquelas condicionantes julgadas infames, julgadas antidemocráticas, o governador já disse que não vão ser implementadas, não vão fazer parte desse acordo, dessa renegociação.

Da mesma forma também, o governador Rui Costa já mandou para esta Casa, e vamos votar a urgência, R\$100 milhões da Caixa Econômica. Para que isso? Para ações e programas do governo do Estado que vão beneficiar Salvador, todo o Recôncavo, os sertões, o interior da Bahia. Na medida em que o prefeito se posiciona contra o empréstimo de R\$ 6 milhões, ele está também prejudicando aos soteropolitanos, os homens e as mulheres das periferias, que precisam das fortes políticas de atuação do governador Rui Costa.

Da mesma forma ocorre com os recursos da Caixa e do BNDES, porque vão significar quase R\$ 90 milhões, R\$ 100 milhões por ano, e neste ano ainda R\$ 30 milhões que vão permitir mais investimentos em todos os nossos municípios, Sr. Presidente.

Por isso é que nós, constantemente, trazemos, sim, essas dinâmicas, essas linhas de força do governo federal ou do processo econômico de políticas nacionais que interessam a cada cidadão baiano, onde quer que ele esteja – no interior, na capital, nos sertões, em todos os recantos da Bahia, Sr. Presidente. Por isso, eu tenho a absoluta certeza de que haveremos de votar esses projetos que estão chegando, e a

Bahia vai dar a resposta. Se esse dinheiro não chegar, o prefeito vai ter o troco no próximo ano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSC para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Soldado Prisco:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco Parlamentar PSL/PROS para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Deputado, vai falar, pelo tempo de 6 minutos, o deputado Angelo Almeida; e por 5 minutos, o deputado Alex da Piatã.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de 6 minutos, o deputado Angelo Almeida.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Sr. Presidente, foi, realmente, tema de um debate, essa discussão em Feira de Santana, e nós precisamos encarar o debate com tranquilidade porque para Feira de Santana houve, e há ainda, o compromisso do governador Rui Costa, diante de tantos outros, de construir o novo hospital geral. E, aqui, é bom fazer o destaque relevante para esse debate de compromissos assumidos, sobretudo em período eleitoral.

O governador Rui Costa, no final do ano passado, foi contemplado ao ser anunciado publicamente por um instituto de pesquisa que dos governadores que disputaram e venceram o processo eleitoral em 2014 – após 2 anos de governo, metade do governo realizado – foi o que mais cumpriu os compromissos assumidos em praça pública, sobretudo o compromisso de Plano de Governo registrado em cartório eleitoral. É óbvio que uma crise, que pegou a todos nós de surpresa, muda a estratégia do Governo com relação à cobertura da saúde no Estado da Bahia.

Eu, sinceramente, quero aqui falar para os meus conterrâneos de Feira de Santana. Ouvi lá algumas críticas, e aqui também vem uma crítica do deputado da Oposição Targino Machado, pelo fato do governo ter colocado em Feira de Santana alguns *outdoors* anunciando o Hospital Regional em Seabra, um grande hospital.

E dizer que Feira de Santana, como uma cidade cosmopolita que é, representante de uma Região Metropolitana, polo do nosso território, tem que ser também contemplada com essas peças publicitárias, porque o Hospital Geral em Seabra é uma conquista de todo o povo da Chapada Diamantina, que há mais de 30 anos vem recebendo promessas de governos anteriores aos governos Wagner e Rui Costa de que ali seria construído um hospital para atender à imensa população da Chapada Diamantina.

Graças a Deus, graças ao governador Wagner, que deu início ao projeto do Hospital Geral em Seabra, agora, no mês de outubro, mais tardar no mês de novembro... Estive lá, como deputado e representante daquela querida cidade, a cidade de Seabra, no fim de semana. Fui ao hospital e pude acompanhar ele tendo, praticamente, concluída a sua fase de recepção dos equipamentos necessários para funcionar em alta complexidade, em cirurgias.

Há ainda uma política já definida pelo secretário da Saúde, Fábio Vilas-Boas, no sentido de fazer do hospital local, o Hospital Frei Justo, uma maternidade para atender com dignidade às mulheres que moram não somente em Seabra, mas em toda a região.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, a vocês que estão nos assistindo pela *TV Assembleia*, ao meu querido povo de Feira de Santana, Feira de Santana há de ter a grandiosidade de se reconhecer como uma cidade cosmopolita.

E, aqui, também uma crítica, porque o governo do DEM em nossa cidade, deputado Joseildo Ramos, já vai levando 20 anos, teve 20 anos de oportunidade para oferecer também um hospital municipal a Feira de Santana. O que não ocorreu, nem projeto existe.

Aqui, em Salvador, agora o governo municipal resolve investir. E é obrigação dele investir! Eu peço também que o prefeito de Feira de Santana aproveite, mire-se no exemplo e melhore as condições do único hospital que tem lá, o Hospital da Criança.

Enquanto vereador, fiz diversos encaminhamentos, fiscalizei aquela unidade, porque de hospital não tinha nada. Com três andares no hospital, apenas um era ocupado por 13 crianças. Era um ambulatório, embora tivesse a fachada de hospital. E fica... Hoje, vemos essa crítica ao governo do Estado porque ainda não iniciou a construção do hospital regional.

Quero concluir dizendo que o hospital de Seabra faz bem ao povo da Bahia, faz bem ao povo de Feira de Santana, até porque quem cai do cavalo, sofre um acidente de moto, nesse momento, hoje, lá em Seabra e região, vai para Irecê ou, na grande maioria das vezes, tem de ir para o Hospital Clériston Andrade, em Feira de Santana.

Portanto, quero, aqui, parabenizar e dizer que estaremos presentes, todos juntos, na inauguração que se avizinha do grande Hospital Regional da Chapada Diamantina em nossa querida Seabra.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por sua tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o deputado Alex da Piatã, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ALEX DA PIATÃ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, servidores desta Casa, telespectadores que nos acompanham pela *TV Assembleia*, nós

tivemos hoje, e eu quero aproveitar e parabenizar todos os deputados que compareceram, uma sessão da Comissão de Saúde e Saneamento, quando aprovamos projetos de lei importantes e encaminhamos várias audiências públicas de relevância, de importância.

Quero destacar, e vim à tribuna para isso, um fato importante. O nosso governador Rui Costa, nesse sábado, publicou no *Diário Oficial do Estado* um decreto instituindo o Comitê Gestor Estadual de Prevenção aos Acidentes de Moto. Desde os primeiros dias do nosso mandato já fizemos inúmeras audiências, já discurssei inúmeras vezes aqui a respeito desse assunto e fui surpreendido positivamente, como sempre temos sido surpreendidos, pelo nosso governador Rui Costa.

Hoje, lá no HGE 2 – a deputada Fátima também estava conosco. E, aqui, eu o parabenizo pela inauguração do setor de imagens do HGE, que era um sonho de todo o corpo médico do hospital, que nunca fez ressonância, e agora vai poder fazer –, eu tive a oportunidade de, pessoalmente, Sr. Presidente, parabenizar o governador. Eu disse a ele e vou repetir aqui: de todas as ações do governo do Estado, de tantas obras, de tantos serviços, nada tem a importância, por sua dimensão, sua importância social, que tem o decreto que ele publicou no sábado passado.

Esse Comitê, vou ler aqui, vai ser coordenado pelo secretário da Saúde do Estado, Dr. Fábio Vilas-Boas – tenho certeza que ele foi um dos que sensibilizaram o governador –, e terá como membros os secretários da Segurança Pública, da Educação, de Infraestrutura e de Comunicação Social, além do diretor do Departamento Estadual de Trânsito da Bahia (Detran) e dos presidentes do Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde e da União dos Municípios da Bahia.

Vou só abrir um parêntese para dizer que o deputado Angelo foi feliz na comissão quando colocou a importância de esta Casa também ter um membro. Deputado Angelo, nós vamos, enquanto Comissão de Saúde, encaminhar essa solicitação, essa sugestão de V.Ex^a.

Mas, Sr. Presidente, e todos que nos assistem, se esse Comitê realmente funcionar e trazer ações concretas – e no próximo dia 17 de outubro vamos recebê-los aqui, nesta Casa, para entender como vai funcionar –, poderei repetir o que falei há pouco aqui, ele vai ter uma importância maior do que qualquer obra. Porque hoje mesmo, como disse, estive no HGE e conversando com o diretor-médico ele informou que 65% dos leitos de UTI, hoje, agora, estão ocupados por acidentados em moto.

Isso tem reflexo em todos os hospitais gerais, em todos os hospitais do interior. E isso é no Estado todo, no País todo. Chegou ao ponto de o sociólogo Eduardo Vasconcelos dizer, e vou passar para vocês, que só a escravidão deve superar a moto em destruição social no Brasil! Então, imaginem o tamanho disso.

O governador foi muito feliz. Esperamos que esse Comitê dê respostas concretas para tentar diminuir os acidentes de moto.

Para encerrar, Sr. Presidente, com sua tolerância.

Imagine, deputado Carlos Ubaldino, que, até então, apenas 17% da nossa frota são motos. Ou seja, isso é extremamente crescente. E se esses acidentes são proporcionais ao tamanho da frota, imagine que esse caos que o sociólogo Vasconcelos prevê será uma realidade. Mas, com fé em Deus, com essa ação do nosso governador e com o apoio desta Casa, isso não vai acontecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou o do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT/PRP para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, falará, inicialmente, por 7 minutos, o deputado Adolfo Menezes; em seguida, pelo tempo restante, a deputada Fátima Nunes.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, por 7 minutos, o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada Fátima, o pronunciamento do deputado Alex da Piatã nos mostra mais um dos graves problemas deste Brasil, e o nosso Congresso Nacional continua imóvel, pelo menos, para essas questões mais sérias.

Esperamos que o deputado Adolfo Viana, a partir de 2019, coloque ordem naquela Casa e acorde os deputados federais. Sei que V.Ex^a sozinho, ou com alguns colegas, não vai poder fazer muita coisa, mas no Congresso há, claro, deputados e senadores bem-intencionados e trabalhadores. Agora, não é possível que esse Congresso não comece a se mexer!

O Código Penal tem 70 anos, mas nada muda e a matança continua! Vimos hoje nas manchetes dos jornais que, salvo engano, foram 1.196 – foi isso, meus colegas? Alguém viu aí? Foi isso, deputado Fábio? – assassinatos em uma semana. Parece-me que a estatística é de uma morte a cada 8 minutos. Então, é escandaloso que, diante dessa guerra que estamos vivendo, o Congresso não se mexa! Se não dá para mudar tudo, se não dá para reformar esse Código Penal, Marcelino, que tem um século... Na verdade, tem 70 anos, mas deve ter um século que está tramitando no Congresso Nacional, nas suas comissões, nessa enrolação, quer uma coisa, quer outra... Não é possível que não se chegue a um consenso. Que se comece, pelo menos, a mudar algumas coisas, a penalizar, porque a impunidade é o problema principal do nosso País.

O deputado Alex falou aqui da quantidade de mortes, da quantidade de invalidezes, na maioria de jovens em plena força para produzir, para trabalhar, ficando a depender de uma cadeira de rodas, de uma muleta, de aposentadoria da

Previdência, que já está quebrada. E não se faz absolutamente nada. Alguma coisa deveria ser feita! As pessoas só obedecem com educação e com a dor no bolso, com penalidade, com multas pesadas. Nenhum país do mundo, Sr. Presidente, resolveu seus problemas principais só com educação.

Todos os dias chegam pedidos, tenho certeza, em todos os gabinetes, solicitando pelo “amor de Deus”. Veja em que situação o Brasil se encontra, deputados e políticos em geral recebendo pedidos até “pelo amor de Deus” para se arranjar uma vaga em UTI, para se fazer uma operação. E a maioria das UTIs hospitalares... A despeito de o último governo Wagner ter feito vários hospitais, a despeito de o governador Rui estar fazendo outros hospitais, mas quanto mais se faz hospital, mais a população aumenta, mais a desordem aumenta, mais acidentados aparecem, e, aí, não tem vaga. As pessoas não entendem.

Imaginem a que nível de desenvolvimento este País chegou quando a população precisa pedir favor a um político para conseguir uma internação, para conseguir uma operação!

E aí está, professor Zé Raimundo, a quantidade de jovens. E você vê todos os dias... Temos de torcer que não nos aconteça nada no dia a dia. E vamos torcer, deputado Fábio, como quase todas as avenidas, todas as casas comerciais têm circuito de segurança, têm câmeras, para que se nos acontecer algo – ninguém está livre –, que que Deus nos permita, pelo menos, poder provar que não tivemos culpa.

Porque o que se vê diariamente, claro, com exceções, é a maioria dos motoqueiros costurando, passando em velocidade, e, às vezes, ele pode atingir a ponta de um para-choque e daqui a pouco vai dizer que foi você o culpado. Então, até esses riscos se corre neste trânsito louco de Salvador, porque eu nunca vi um trânsito igual a este, eu não conheço outro em lugar nenhum do mundo. Parece-me que essas carteiras são compradas no balaio, a maioria não tem a mínima condição de dirigir, é a realidade, e não é possível.

O Sr. Jurandy Oliveira:- Um aparte, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Vou conceder aparte daqui a pouco, 1 minuto só, deputado Jurandy.

Recebi outra denúncia agora. Vejam bem, uma cidade do porte como Senhor do Bonfim, uma sede, uma região administrativa com mais de 400 mil pessoas, quase meio milhão de habitantes, deputado Fábio, anos atrás não tinha médico legista, mas tinha um necrotério. Agora, tem os médicos legistas e não tem o necrotério! Não há condição.

Recebi a denúncia há pouco, alguns amigos de Senhor do Bonfim me passaram aqui, que uma moça morreu, não sei o motivo, às 9 horas de ontem, segunda-feira, e até agora a família não pôde fazer o sepultamento do corpo, que se encontra em Juazeiro, com a cidade toda pedindo clemência, pedindo por favor sua liberação. Vejam bem, nós estamos falando da hora pior de qualquer família, que é quando se perde um ente querido. Vejam que humilhação.

Esse jornalista amigo me informou também que o secretário Maurício Barbosa esteve, há pouco tempo, em Senhor do Bonfim, há mais ou menos um mês, nosso colega, deputado Bobô, e até agora... sabemos que as providências não são imediatas, mas alguma providência urgente tem de ser tomada.

Tenho certeza que o governador já deve ter conhecimento. São muitos problemas na Bahia? São, agora esse tipo de problema não pode estar acontecendo. Trata-se da pior hora, que é quando se perde um ente querido, e não poder velar é uma suprema humilhação.

Então, essa é a situação, Srs. Deputados, do nosso triste Brasil. Eu passaria aqui a tarde toda, e a noite, se fosse falar dos problemas gravíssimos que ele atravessa. Enquanto isso, com certeza, lá, no Congresso, os deputados e senadores só estão preocupados com a eleição de 2018.

Estão vendo, agora, como é que vem o fundo partidário. Eu sempre disse que, como nunca recebi dinheiro nenhum de ninguém, para mim não está dizendo nada. Nunca recebi dinheiro de empresário, não conheço empresários, então, não está me dizendo nada. Eu espero que os deputados tenham juízo e não inventem esse fundo de bilhões numa hora dessa em que a população passa por tantas agruras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de 4 minutos, a deputada Fátima Nunes.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, hoje, aqui, já debatemos muitos temas e quase todos nos trazem muitas preocupações: é o corte no Orçamento do governo federal, é a intriga política de alguns partidos que dificulta, em Brasília, a concessão mais rápida do crédito do empréstimo de R\$ 600 milhões para o nosso governador continuar fazendo as estradas da nossa Bahia, do nosso Estado.

Mas quero aproveitar este momento para dar notícia boa, falar de coisa boa. E uma das coisas boas, vou aproveitar, deputado Joseildo Ramos e deputado Rosemberg Pinto, meus dois líderes, para estampar aqui, na frente da TV Assembleia, essa bela página dessa revista. Logo que olhei até fiquei chateada com a capa, mas quando fui folheando página por página encontrei essa notícia boa, que fiz questão de registrar aqui. E vou ler: “O metrô de Salvador rodando até Mussurunga”.

O HGE 2 completou hoje 1 ano de funcionamento, prestando bons serviços ao povo. Hoje inauguramos o Centro de Bioimagem, o que também já foi falado aqui pelo deputado Angelo Almeida e outros que me antecederam; o Centro de Inteligência da Segurança Pública; a barragem do rio Colônia. Não vai faltar mais água lá no Sul, assim que a obra dessa barragem for concluída e as boas chuvas vierem; o Hospital Regional da Costa do Cacaú; e o asfaltamento nas estradas.

Claro que aqui tem a BA-220, mas também a nossa alegria, porque outros trechos na Bahia já foram concluídos e outros estão em licitação, como é o trecho da BR-110 até a cidade do Sítio do Quinto, que, no momento, encontra-se um pouco ruim, mas que o nosso secretário de Infraestrutura, Marcus Cavalcanti, já nos deu a boa notícia da licitação e, em breve, vamos ter a melhoria dessa estrada.

E outras iniciativas e ações do governo que muito nos animam são as construções das 11 policlínicas do Estado, porque sempre somos procurados pelas pessoas no momento em que a doença chega a seus familiares e, muitas vezes, elas, por aflição, ligam para um, para outro, e terminam ligando também para nós, deputados. E com essas 11 clínicas, com certeza, vamos ter muitas melhorias na saúde.

Mas quero concluir a minha fala parabenizando o nosso governador, também, pela regulamentação da lei que votamos e aprovamos aqui, a que institui a política de convivência com o Semiárido.

O deputado Adolfo Viana olha assim um pouco assustado, mas fique sabendo, deputado, que, com certeza, é com essa lei que o nosso governador vai fazer muito mais pelo semiárido baiano, garantindo o acesso à água, fazendo a distribuição, demarcação e entrega das terras, o seguro safra, a garantia safra, e a titulação das áreas agrárias. Tudo isso é que vai permitir que no campo e na cidade do território do semiárido baiano, o que significa 2/3 da Bahia, os homens e as mulheres possam conviver e viver bem, com alegria e felicidade.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar DEM/PV para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, falarei por 30 segundos.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, falarei apenas por 30 segundos para rapidamente responder à deputada Fátima Nunes, por quem tenho admiração, respeito, amizade e carinho.

Mas ela falou que o governador sancionou uma lei. E eu queria mandar um recado para o governador: que ele cumpra as leis que são feitas aqui, nesta Casa. Até hoje todos estamos aguardando as emendas impositivas. Mas ele insiste em não cumprir leis. Acho que a Casa dará uma resposta. Vamos aguardar o bom andamento da sessão.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do PT para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Falará o deputado Joseildo Ramos, por 12 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos, pelo tempo de até 12 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos os que nos assistem, estamos, todos nós, numa encruzilhada. Todos nós, indistintamente, estamos num cenário de derrocada total.

Temos um presidente que conta com o apoio de, tão somente, 3% da população brasileira. E esse mesmo presidente recebe uma denúncia extremamente robusta, baseada em comprovações, não só de delações, não só de documentos, não só de testemunhas, uma denúncia qualificada a partir do relatório da Polícia Federal. Relatório circunstanciado, profundo. E ladeando o presidente estão o ministro Eliseu Padilha e o “angorá”, Moreira Franco. Essa tríplice aliança foi denominada de o “quadrilhão” do PMDB.

Para além disso, há a sombra de possíveis delações premiadas de Eduardo Cunha, Geddel Vieira Lima e Rodrigo Rocha Loures. Observem que parece um filme macabro. E isso tem paralisado o País, ao mesmo tempo em que as empresas estatais, as mais importantes e aquelas mais estruturantes, estão recebendo golpes mortais, golpes letais.

A Caixa Econômica, uma das principais, braço estatal para aplicação e fiscalização na habitação e no saneamento, não tem mais o que fiscalizar, não tem mais o que investir. E o que é pior, há uma norma que nasce no seio de sua administração abrindo a perspectiva de contratação por tempo determinado, uma contratação à revelia de um concurso, à revelia de um sistema meritório de recrutamento de funcionários, negando toda uma existência histórica que nos dá muito orgulho, exatamente o braço forte do governo federal, independente dos diversos governos que se sucederam, trabalhando a habitação de interesse público, social e o saneamento do nosso País.

Junto dela vem a Petrobras. Agora, abre-se o leque para que as 11 maiores petroleiras do mundo tenham, a preço de banana, a possibilidade de, sem risco algum, explorarem o pré-sal, que poderia estar voltado para redimir os pecados brasileiros na saúde, na educação, conforme num passado muito recente foi prospectado.

O Sr. Bira Corôa:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Também, deputado Bira Corôa, a quem darei um aparte dentro de pouco tempo, o Banco do Brasil, com o plano de demissão incentivada; o Banco do Nordeste, com o plano de demissão incentivada; e a própria Petrobras.

A Eletrobras, que, com todo o seu sistema, envolve um valor de mercado próximo a R\$ 400 bilhões, está sendo colocada, livre e desembaraçada, para venda, para a desnacionalização, por R\$ 20 bilhões.

Então, observem que aspectos estratégicos, que organizações e empresas estatais estruturantes estão sendo colocadas como se fosse um leilão. Uma chamada que não é pública, um jogo que recentemente foi alinhavado para perpetrar esse crime coletivo de lesa-pátria que a história vai marcar indelevelmente por longos anos.

Imaginem, um presidente brasileiro, Bira, que ninguém recebe lá fora, que ninguém respeita no ambiente internacional, que não pode andar pelas ruas do seu País, que não pode se pronunciar de forma direta com seu povo, de quem não recebe nenhuma manifestação de carinho, de apreço, de respeito, com esse emaranhado de retirada de conquistas históricas na área da assistência social, na área do SUS, que, embora reconheçamos o subfinanciamento histórico, é o projeto mais democrático para tratar da saúde pública em todo o mundo.

E estamos vendo, testemunhando, a derrocada desses avanços no início da construção do Estado de Bem-estar Social. É esse o pano de fundo que amarra a cena da política, que joga o prenúncio da esperança das futuras gerações para o além, o descaso com aquilo que se iniciou, pavimentando a esperança do povo brasileiro, nos últimos 14 anos.

É esse o enfoque lamentável que a política traz para todos nós.

Com a palavra o deputado Bira.

O Sr. Bira Corôa:- Nobre deputado Joseildo Ramos, obrigado pelo aparte.

Primeiro, quero parabenizá-lo pelo equilíbrio e pela profundidade do discurso que faz na tarde de hoje, como sempre fez nesta Casa, quando faz um apanhado do desmonte e, porque não dizer, da destruição socioeconômica que este governo, ou desgoverno, de Temer tem prestado ao Brasil, no afã de tentar derrotar o programa popular transformador, para não dizer revolucionário, que permitiu que milhões de famílias brasileiras saíssem da condição de miserabilidade e passassem para a condição de consumidores e de cidadania, fazendo com que voltemos à condição de colônia e de dependência ao capital internacional, sob a tutela da elite burguesa deste nosso País.

Quero aproveitar para dizer que, devido às ações perversas que têm sido encaminhadas – muitas delas citadas por V.Ex^a, como o desmonte do Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNB; tentativa de entregar a Amazônia; entre outros aspectos –, no dia de hoje, pela manhã, comerciantes e populares da comunidade de Paripe fizeram uma grande manifestação porque a agência da Caixa Econômica Federal, que tem 19.700 correntistas e, praticamente, mantém aquele comércio local, está anunciando o seu fechamento a partir deste mês, sob a alegação de contenção de despesas.

Sem dúvida alguma, são com ações como essa, além da perseguição ao trabalhador, do fim, da destruição da CLT, que esse governo tem se pautado, com as chamadas reformas. O mais absurdo ainda é a forma, posso dizer, como se tem conduzido o Congresso Nacional para a manutenção desse governo impostor na República brasileira.

Sem dúvida, quero parabenizar-lhe e agradecer pelo aparte.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Agradeço ao deputado Bira Corôa. Solicito a incorporação à minha fala do aparte do nobre companheiro.

É lamentável, terminando o meu pronunciamento – no momento em que vivenciamos a proliferação importantíssima dos institutos federais tecnológicos em nosso País, a ampliação das universidades federais em todas as regiões, trazendo possibilidades para a parcela mais despossuída dos brasileiros ter acesso a uma educação pública de qualidade –, que, agora, o Orçamento federal não tenha condição de garantir a manutenção da abertura, da esperança para esses brasileiros jovens, que nunca sequer sonharam com a perspectiva de sentar no banco de uma universidade.

Será que tudo isso vai por terra? É possível que não, é possível que ainda haja uma centelha, uma fagulha, uma luz no final do túnel, porque entre eles não aparece um candidato com o mínimo de chance eleitoral, de viabilidade para 2018, nenhum. Todos os adversários de Dilma e de Lula não pontuam na prospecção eleitoral para 2018, são como fantasmas, que não aparecem como possíveis representantes ou gestores deste País, dos estados, são zumbis na política que não se viabilizarão pelo crime de lesa-pátria que cometeram.

Então, é com esse sentimento, é esse pano de fundo que nos aguarda, que nos entristece, mas estaremos nas trincheiras para cumprir o nosso papel de resistência e de combate ao entreguismo em nosso País.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Ordem do Dia.

Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 22.417/2017, de procedência do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a renegociar as operações de crédito firmadas com recursos do BNDES ao amparo do Art. 2º da Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016.

Faltam os pareceres... Como o deputado Hildécio Meireles solicitou vista, no âmbito das comissões, desse projeto, solicito ao deputado Hildécio que dê o seu parecer.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Já tinha passado no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Tinha o voto em separado.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu solicitei vista ao parecer proferido pelo deputado Antônio Henrique e pude verificar que a Lei Complementar editada pelo governo federal concede três tipos de benefícios aos

estados devedores e por isso nós fizemos um voto em separado e, ao final, damos a nossa sugestão.

(Lê) “VOTO EM SEPARADO DIVERGENTE AO PARECER DO RELATOR DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO; EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E SERVIÇO PÚBLICO; FINANÇAS, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, QUE APROVA O PRESENTE PROJETO DE LEI, NA FORMA ORIGINALMENTE APRESENTADA PELO PODER EXECUTIVO.

PROJETO DE LEI Nº 22.417/17, que ‘Autoriza o Poder Executivo a renegociar as operações de crédito firmadas com recursos do Banco Nacional e Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, ao amparo do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016.’

Autor: PODER EXECUTIVO

É competência da Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador, legislar sobre todas as matérias de competência do Estado, notadamente sobre operações de crédito, dívida pública e emissão de títulos do Tesouro, nos termos do inciso V, do Art. 70 da Constituição do Estado, c/c Art. 105, XVII do mesmo diploma legal. Entretanto, é prerrogativa da Assembleia Legislativa da Bahia a análise o aperfeiçoamento dessa proposta, razão pela qual exaramos o presente VOTO DIVERGENTE.

RELATÓRIO

O Excelentíssimo Governador do Estado da Bahia apresentou à Assembleia Legislativo o incluso Projeto de lei tombado sob nº 22.417/2017, que ‘Autoriza o Poder Executivo a renegociar as operações de crédito firmadas com recursos do Banco Nacional e Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, ao amparo do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016.’ Coube ao deputado Antônio Henrique Júnior a missão de relatá-lo, o que foi feito na forma do parecer anexo.

Para análise da matéria em apreço vale trazer a baila os antecedentes que levaram o Poder Executivo Federal a editar o supra citado diploma legal em forma de Lei Complementar. Os Estados brasileiros vivem atualmente grave crise que se intensificou a partir de 2013. O que se vê de forma generalizada são previsões de déficit da previdência, déficit nas finanças públicas, inclusive, casos de atraso na folha de pagamento. Nesse contexto muitos estados passaram a questionar os indexadores utilizados na correção da dívida pública com a União. Há de se ressaltar que a maior parte da dívida dos Estados com a União tem origem no fim da década de 90, a partir de um acordo da a União com 25 estados, com exceção de AP e TO, quando o governo federal assumiu dívidas dos governos regionais com seus credores originais.

Com a instalação da recente crise financeira dos estados e em consequência das ações judiciais que foram impetradas por estes com o objetivo de se aplicarem

juros simples no cálculo retroativo da taxa Selic, o governo federal tomou como primeira medida, em 20/06/16, a conclusão do acordo para alongar as dívidas estaduais com a União por mais 20 anos, incluindo suspensão até o fim daquele ano do pagamento das parcelas mensais das dívidas, com a retomada gradual a partir de 2017.

Para regulamentar os acordos firmados, foi editada a Lei Complementar Federal nº 156, de dezembro de 2016, que ora é tomada por base no presente pleito de autorização legislativa para renegociação das dívidas com o BNDES (Art. 2º). Verifica-se, outrossim, que a retro citada Lei Complementar Federal trouxe outros benefícios para renegociação das dívidas dos estados, como aqueles previstos no seu Art. 3º, que determina a quase suspensão dos pagamentos das parcelas mensais devidas à União, para retomada gradual em 2017. Entretanto, para surpresa nossa, verifica-se que não houve solicitação para alcance desses benefícios, nem no presente projeto de lei, nem em outra proposição que tramite nesta Casa, senão vejamos:

Traz o Art. 3º da Lei Complementar Federal nº 156, de 2016, a possibilidade de ‘redução extraordinária da prestação mensal das dívidas celebradas com os Estados e o Distrito Federal com base na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e nos contratos de abertura de crédito firmados com os Estados ao amparo da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, mediante celebração de termo aditivo.’ Essa redução extraordinária chega à ordem do abatimento de 100% das parcelas devidas referentes aos meses de julho a dezembro de 2016 e a partir de janeiro de 2017 continuaria a redução extraordinária com uma gradual redução, sendo que para a parcela do mês de janeiro seria de 94,73% da parcela devida, chegando à redução de 5,26% para julho de 2018.

Lei 9.496/97, que ‘estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal’.

Medida Provisória nº 2.195-70, de 24 de agosto de 2001, que ‘Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.

Como se verifica, os estados brasileiros, em sua maioria, aderiram aos programas de auxílio citados acima, o que não seria distinto para o Estado da Bahia, causando-nos estranheza a possibilidade de renúncia do Executivo estadual em pleitear os benefícios de redução extraordinária trazidos pela Lei Complementar nº 156/16, com possível prejuízo para o erário público.

Desta forma, pelas razões expendidas, a presente análise resulta no entendimento pela retirada, por parte do autor, da inclusa proposição, tendo em vista a necessidade de nova apresentação com os elementos mínimos e ampliação dos benefícios, bom como as explicações necessárias sobre as questões levantadas no presente. Não se configurando tal alternativa, opinamos por sua desaprovação.

VOTO

Diante do exposto, contrariando o entendimento do relator, havendo inércia na apresentação de substitutivo ampliando os benefícios previsto na Lei Complementar 156/16 e ainda na falta das informações e esclarecimentos citados acima, opino pela desaprovação do PL nº 22.417/17, na forma apresentada. '

Sala das Sessões, 21 de setembro de 2017

Deputado HILDÉCIO MEIRELES''.

Esse é o voto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em votação, no âmbito das comissões, o parecer do nosso relator.

Os Srs. Deputados que o aprovam...

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Peço verificação de quórum de votação no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, que seja dado o prazo regulamentar. Desde já, peço aos deputados...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- No âmbito das comissões, viu, deputado.

O Sr. Zé Neto:- No âmbito das comissões.

(...) e deputadas que fazem parte das comissões e que também estão na Casa que comparecem ao Plenário, porque logo depois das comissões estaremos, obviamente, entrando no processo de votação.

Então, solicito às Sr^{as} Deputadas, aos Srs. Deputados que estão na Casa que se desloquem o mais rapidamente possível para o nosso Plenário, para que possamos, com isso, dar seguimento à votação desse importante projeto de lei que diz respeito à formulação de nova política de pagamento de empréstimos junto ao BNDES.

O governo pede autorização para que possa acessar essas novas regras do BNDES.

Peço aos Srs. Deputados que não saiam do Plenário, e que os que estão na Casa venham ao Plenário, para dar frequência nas comissões.

São: Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle; e, por fim, também a Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Portanto, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados que se encontram nos corredores da Casa, no cafezinho, que se encontram na biblioteca, que se encontram na porta do gabinete do presidente da Casa, Angelo Coronel, que se encontram na sala de espera do presidente da Casa, Angelo Coronel, que compareçam a este Plenário para que tenhamos o seguimento desse processo de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, há um pedido de verificação de quórum do deputado Targino Machado, referendado pelo deputado Zé Neto, no âmbito das comissões: Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle; Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; e Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Os Srs. Deputados que se encontram nas dependências desta Casa, favor comparecer ao Plenário para a verificação de quórum de votação, no âmbito das comissões.

Operador, marque o tempo de 15 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- São 25 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Se V.Ex^a quiser uma prorrogação, o deputado Targino poderá conceder.

O Sr. Rosemberg Pinto:- O deputado Targino pode conceder os 25 minutos?

(O Sr. Targino Machado fala fora do microfone.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Depende, deputado, do que V.Ex^a deseja, depende do afago.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, eu pediria que V.Ex^a tocasse a votação, e os deputados que não compareceram ficam na pendência do comparecimento durante os 15 minutos. Assim, ganharemos tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Exatamente, deputado.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Comissão de Constituição e Justiça.

(O Sr. Presidente procede à verificação nominal do quórum de votação, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Quatro Srs. Deputados. Não há quórum.

O Sr. Rosemberg Pinto:- E os suplentes?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Depois que concluir os 15 minutos dos titulares.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não, não, presidente.

O Sr. Zé Neto:- Os suplentes de imediato.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Segundo a Secretaria da Mesa, o Regimento permite chamar os suplentes de imediato, na ausência dos titulares.

(O Sr. Presidente continua a verificação nominal do quórum de votação, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Há quórum no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

(O Sr. Presidente procede à verificação nominal do quórum de votação, no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.)

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Vou chamar o restante para dirimir essa dúvida.

(O Sr. Presidente continua a proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados.)

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

Há quórum na Comissão de Finanças e Orçamento.

Tenho a impressão de que o deputado Sandro Régis está começando a pavimentar a adesão. (Risos)

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal dos Srs. Deputados da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.)

Há quórum na Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, só um pequeno detalhe que me veio à cabeça, o deputado Targino pediu quórum, mas ele é de qual comissão mesmo?

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, a ignorância de alguns Srs. Parlamentares me provoca frouxos de riso. É um direito de qualquer deputado pedir verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Qualquer deputado pode pedir a verificação de quórum.

O Sr. Targino Machado:- Vá estudar. Vá para o Mobral estudar. Discutir Regimento? V.Ex^a é um causídico ignorante das leis!

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a não é de comissão alguma na Casa. (Risos)

O Sr. Targino Machado:- Não importa, eu sou parlamentar. Não importa. É um direito meu pedir verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Última comissão. Comissão de Infraestrutura.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal dos Srs. Deputados da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo.)

Há quórum na Comissão de Infraestrutura.

Em votação no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em discussão e votação o Projeto de Lei nº 22.417/2017, de procedência do Poder Executivo.

Para discutir, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Desistiu.

Para discutir, o deputado Sargento Isidório.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Retirou.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Ausente.

Só houve dois deputados inscritos para discutir, até então. Queimaram o tempo.

O Sr. Targino Machado:- Quem são os dois, presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Rosemberg e Pastor Sargento Isidório. Não há mais deputados inscritos.

Encerrada a discussão, em votação o Projeto de Lei...

O Sr. Targino Machado:- Quórum de votação, Excelência.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, Sr. Presidente, aqui...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Calma. Um ou outro aí. Um ou outro aí.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente,...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pois não, deputado.

O Sr. Zé Neto:- (...) dentro do tempo que me cabe para fazer...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Vamos, inclusive, saudar o deputado Sandro Régis, que contribuiu com o governo na aprovação. (Risos)

O Sr. Zé Neto:- Muito obrigado. Muito obrigado. (Risos)

Já conta pontos.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem o deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Presidente, eu quero registrar que já havia quórum na comissão.

(Outros deputados se manifestam com risos.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pois não, deputado.

O Sr. Sandro Régis:- Não vamos fazer essa brincadeira, não é?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- O.K., deputado.

O Sr. Sandro Régis:- Só quero registrar.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, quero, dentro do tempo que me cabe, fazer o meu contraponto ao pedido e solicitar de todos os deputados e deputadas que neste momento... quero agradecer ao amigo Sandro Régis pela gentileza, quero agradecer... (Risos)

Preciso me recompor aqui. (Risos)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Não, já está recomposto.

Srs. Deputados, vou fazer a verificação de quórum.

O Sr. Targino Machado:- A bem da verdade, Excelência, não havia quórum ainda. O quórum foi dado pela teimosia do deputado Sandro Régis. Não tinha quórum.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado, discuta aí embaixo com o deputado Targino.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, zere o painel.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Zerem o painel, marquem os 25 minutos.

Quórum de votação. Os Srs. Deputados que se encontram nas instalações desse Parlamento, favor comparecerem ao Plenário para que haja quórum para a votação do projeto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, pela ordem.

Deputado Targino Machado...

(O deputado Targino Machado se manifesta fora dos microfones.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não, V.Ex^a tem que dar logo.

(Continuação da verificação de quórum.)

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, eu queria pedir aos deputados que se encontram na Casa, nos corredores, nos gabinetes... aqui faltam poucos deputados para alcançarmos o quórum de votação. Targino pediu a frequência. Deputado Targino, que pediu a verificação de quórum para votação, que faça...

(Alguns deputados falam fora dos microfones.)

O Sr. Zé Neto:- Não, não, não, não. Ele vai marcar, senão cai o pedido de quórum dele.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado Targino, V.Ex^a, que pediu no início, deveria ser o primeiro a marcar.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, então torne nulo, porque não tem sentido. Alguém que não está presente pode pedir quórum?

O Sr. Targino Machado:- Excelência, eu estou presente. Se eu sair, cai. Eu estou presente e tenho os 25 minutos para apresentar...

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, tem que ser no painel, senão anula.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- O quórum do deputado Targino já está contabilizado.

O Sr. Zé Neto:- Tem que dar presença primeiro.

O Sr. Targino Machado:- Excelência, a minha presença já está contada, mesmo que eu não registre.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- A Presidência vai contabilizar a presença do deputado Targino. Pronto, tranquilo.

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a agiu como magistrado.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Eu sei que V.Ex^a, deputado Zé Neto, gostaria de ver o nome do deputado Targino no painel eletrônico, mas tenha paciência que o quórum dele está computado.

O Sr. Zé Neto:- Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas que se encontram na Casa, por favor, compareçam ao Plenário. Estaremos daqui a pouco em processo de votação de um projeto importante para o Governo do Estado, para o nosso Estado e que diz respeito à repactuação de dívidas com o BNDES, e o governo precisa apenas da autorização. Inclusive, quero salientar que essa pactuação ocorre, e as condições que vão ser dadas serão discutidas, evidentemente, com o governo federal e o BNDES. E o governo é que vai fazer as opções que serão necessárias para melhorar o perfil da dívida.

Quero aproveitar para dizer que, hoje, o Estado da Bahia tem um débito, com relação à Receita Corrente Líquida, da ordem de 0.56. Só perde, em termo de dívida,

para o Estado de Santa Catarina, que é de 0.52. Então, temos a segunda menor dívida do País, que é a dívida do Estado da Bahia.

Para que V.Ex^{as} tenham um comparativo, o Rio de Janeiro deve 2.4 da sua Receita Corrente Líquida. A repercussão do débito do Rio de Janeiro é de 2.4 da sua Receita Corrente Líquida. São Paulo deve 1.8 da sua Receita Corrente Líquida. O Rio Grande do Sul deve em torno de 2.2 da sua Receita Corrente Líquida.

Dois pontos seriam o que chamamos de estágio limite, estágio máximo. E isso alguns estados brasileiros já alcançaram. E o aconselhável, o prudencial é que, no máximo, os estados alcancem em torno de 1.5. Prudencial, e não é para passar do prudencial.

A Bahia hoje tem 0.56, menos de 1 ponto, menos de uma Receita Corrente Líquida, aproximadamente, metade da Receita Corrente Líquida. Isso demonstra a capacidade do governador Rui Costa e do secretário da Fazenda, Manoel Vitório, na condução das nossas contas, da receita fiscal, da economia do Estado. E isso deve ser louvado.

Ainda assim, é incessante a busca do governador Rui Costa para que tenhamos melhores condições para fazer com que essa dívida seja gerenciada. E é esse o nosso esforço hoje, aqui, buscando votar esse projeto importante do Governo do Estado. Peço aos Srs. Deputados, às Sr^{as} Deputadas que compareçam ao Plenário.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, se vale a presença do deputado Targino, vale a presença dos outros deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- O deputado Targino pediu verificação de quórum, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sim, mas se ele não está no painel e a presença física dele vale, vale a presença dos outros deputados também.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Então, o deputado Targino vai registrar, deputado...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Aí, está O.K.

O Sr. Marcelo Nilo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Marcelo Nilo.

O Sr. Marcelo Nilo:- Sr. Presidente, não sei se é coincidência, mas não há um deputado do PP aqui presente. Não sei se é coincidência.

Eu gostaria de solicitar aos deputados do PP, partido do vice-governador, que viessem a este Plenário para votar.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Devem estar a caminho, deputado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, quero fazer uma denúncia grave, Excelência. A denúncia é grave. Quero pedir a atenção de V.Ex^a, porque estou vendo no painel a presença do deputado Marquinho Viana e ele não esteve aqui, no Plenário,

Excelência. Alguém deu presença pelo deputado Marquinho Viana. Isso é grave, Excelência. Isso é grave...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Solicito a presença do deputado Marquinho Viana...

O Sr. Targino Machado:- Sob pena de retirar a presença.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- (...) para confirmar a presença. Se o deputado Marquinho Viana não comparecer até o final da votação, o quórum dele estará desclassificado.

O Sr. Targino Machado:- Quero sugerir a V.Ex^a que implante logo a biometria nesta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Então, defiro a sua questão de ordem. O voto do deputado Marquinho Viana ficará suspenso até o final dos 25 minutos.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Marcell Moraes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

(Tumulto no Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente...

O Sr. Zó:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Zó.

O Sr. Zó:- Da mesma forma que está sendo questionada a presença de Marquinho Viana, eu vou questionar a questão de ordem de Marcell Moraes, que V.Ex^a verifique, já que ele usou o microfone e a pediu.

O Sr. Targino Machado:- Não vamos comparar grãos diferentes. O que está havendo aqui é burla! O que está havendo aqui, nesta Casa, é fraude! É fraude nesta Casa! É bom pararmos esta discussão para não ter problema. É bom parar esta discussão! Acho que Zó está zoadado!

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Queria fazer a seguinte sugestão: acho que não se deve entrar no mérito do deputado Marcell Moraes. Acho que ele não tem a informação que nós temos aqui, deputado, de que o deputado Marquinho estava sem o paletó e deu a presença lá fora. Não vale! É bom deixarmos claro que, mesmo ele dando a presença lá fora, não vale. Então, acho que temos de entender isso. Aqui não

se está discutindo outra coisa que não essa, ou seja, ele deu a presença dele lá. Portanto, não vamos aceitar que seja lá fora. A presença é aqui! Ele arrume um paletó e venha para cá, tocar aqui os trabalhos.

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem o deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, questão de ordem na mesma linha da do deputado Rosemberg, apenas para não contar a presença, já que não foi válida, porque não foi dada em Plenário. Só para desconsiderar a presença do deputado Marquinho Viana.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Está desconsiderada. A Presidência já deferiu. A presença do deputado Marquinho Viana está fora da contabilidade. É porque ele deu a presença na sala, e lá não vale, só aqui, no Plenário. Então, como a presença só vale no Plenário, na sala de lá, do anexo, não vale. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pedido de verificação de quórum de votação.

Faltam marcar a presença os deputados Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Antônio Henrique Jr, Augusto Castro, Carlos Geilson, David Rios, Eduardo Salles, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Heber Santana – estou lendo quais os parlamentares que faltam marcar presença para o quórum de votação –, Hildécio Meireles, Jânio Natal, José de Arimateia, Leur Lomanto Junior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcell Moraes, Nelson Leal, Pablo Barrozo, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Robinho, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Tom Araujo e Marquinho Viana.

Esses são os deputados que até o momento não marcaram presença para o quórum de votação.

Por enquanto, temos 29 presenças confirmadas. Uma presença foi desconsiderada.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, gostaria de lembrar que os faltosos terão o ponto cortado.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Sem sombra de dúvida, deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Segundo a Mesa Diretora, segundo a Mesa Diretora.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- E de acordo com a lembrança de V.Ex^a.

O Sr. Marcelo Nilo:- Eu quero ver o contracheque dos ausentes.

O Sr. Targino Machado:- Excelência, o deputado Marcelo Nilo nunca cortou o ponto de ninguém, agora está pressionando. Cortou e devolveu! Proselitismo político! Não faça isso, não, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- De maneira alguma, deputado, aqui já é automático, o ponto aqui é automático.

O Sr. Targino Machado:- V.Ex^a tirava uma com a mão esquerda e dava duas com a direita.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Nobre deputado Marcelo Nilo, V.Ex^a fazia isso?

(O deputado Marcelo Nilo fala fora do microfone.)

O Sr. Targino Machado:- Fazia.

Excelência, esse é um governo que chega ao ocaso. É uma chama que está se esvaindo, apagando. Esse é um governador Saci-Pererê, que na segunda-feira da semana passada foi a Feira de Santana para inaugurar uma ponte, um viaduto, que liga a Avenida Nóide Cerqueira à BR-324. Ocorre, Excelência...

É o viaduto Saci-Pererê, tem uma perna só. V.Ex^a estava lá!

Que coisa feia, esse governador Saci-Pererê. E eu que não acreditava em Mula Sem Cabeça, eu não acreditava em Lobisomem, não acreditava em Papai Noel, não acreditava em governador sem palavra, agora vou ter que acreditar no Saci-Pererê, governador Saci-Pererê. Falta de vergonha na cara! Leva 3 anos para construir um viaduto e quando entrega o viaduto à população é de uma perna só, viaduto Saci-Pererê.

Esse é um governador cara de pau. Mas é um governo que está chegando ao fim, ele está mandando e sua base não obedece. Não cumpre a lei!

Eu já sabia! Isso é uma morte anunciada, todos nós aqui sabíamos que não iria dar quórum.

O deputado Zé Neto, meu amigo deputado Zé Neto, V.Ex^a é Líder de quê? Se V.Ex^a manda, dá ordem e ninguém obedece. Ora, Excelência, acabou, vá para casa, volte para a frente da Rural, em Feira de Santana.

O deputado Angelo Coronel se lembra daquela figura ilustre, daquele jovem político, militante do PT, na frente da Rural, a Rural atrás, com os autofalantes, e ele na frente. Oh! Eu gostava tanto daquele moço que fazia aquelas presepadas todas, oposição de toda hora o deputado Zé Neto.

Agora, veio para a Assembleia... os deputados que estavam presentes aqui, Excelência, viam Neto e diziam... A contagem regressiva é a partir de 10.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado, eu vou ler aqui a chamada dos ausentes.

O Sr. Targino Machado:- Excelência, eu estou fazendo a minha questão de ordem... Acabando em 13,12,11,10, 9,8,7,6,5,4,3,2,1. Acaboooo!!!

(Vários deputados gritam em Plenário: Acaboooo!!!)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Registro os deputados que faltaram para esta votação, e peço aos nossos operadores do equipamento que me forneçam a relação dos ausentes para que o ponto seja cortado.

Deputado Aderbal Caldas, deputado Adolfo Viana...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Retifico. Eu gostaria de que em nosso painel fosse restabelecida a presença anterior e fosse enviada a lista dos deputados que ficaram presentes na votação.

O Sr. Targino Machado:- O tempo já acabou, Sr. Presidente! A sessão já se encerrou!

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Como não houve quórum de votação, fica encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.